

RR 513/2004-024-03-00 – 5ª Turma – PUBLICAÇÃO: DEJT 13/11/2009

**DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.** A prática de **intermediação de mão-de-obra, sem haver verdadeiro cooperativismo**, atinge toda a coletividade de trabalhadores - antigos, atuais e futuros -, constituindo verdadeira fraude aos direitos sociais do trabalho constitucionalmente assegurados e causando prejuízos à coletividade, na medida em que traz a sensação de despreço aos valores sociais do trabalho. Desse modo, os danos decorrentes do ato ilícito da reclamada extrapolam a esfera individual, atentando também contra direitos transindividuais de natureza coletiva, definidos no art. 81, parágrafo único, do CDC. **Devida, portanto, a indenização por dano moral coletivo, com função preventivo-pedagógica, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Recurso de revista a que se dá provimento.**

RR 218600-18.2004.5.06.0143 Data de Julgamento: 07/04/2010, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, 3ª Turma, Data de Divulgação: DEJT 23/04/2010.

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FRAUDE PERPETRADA CONTRA DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS POR FALSA COOPERATIVA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** O artigo 129, III, da CF confere legitimidade ao *Parquet* para tutelar os interesses difusos e coletivos, autorizando-o, ainda, pelo inciso IX, a - *exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade* -. O excelso Supremo Tribunal Federal já decidiu que os interesses homogêneos são espécie dos interesses coletivos, registrando que - *Direitos ou interesses homogêneos são os que têm a mesma origem comum (art. 81, III, da Lei n 8.078, de 11 de setembro de 1990), constituindo-se em subespécie de direitos coletivos. (...) Quer se afirme interesses coletivos ou particularmente interesses homogêneos, stricto sensu, ambos estão cingidos a uma mesma base jurídica, sendo coletivos, explicitamente dizendo, porque são relativos a grupos, categorias ou classes de pessoas, que conquanto digam respeito às pessoas isoladamente, não se classificam como direitos individuais para o fim de ser vedada a sua defesa em **ação civil pública**, porque sua concepção finalística destina-se à proteção desses grupos, categorias ou classe de pessoas*-. ( RE 163231 / SP - São Paulo, Relator Min. Mauricio Corrêa, Tribunal Pleno, DJ 29-06-2001). Nesse contexto, correta a e. Turma que reconheceu a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar **ação civil pública** cujo objeto é a proibição de procedimentos atentatórios aos direitos trabalhistas e previdenciários de trabalhadores arregimentados por cooperativa tida por fraudulenta. Precedentes. **COOPERATIVA. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. FRAUDE. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO. INDENIZAÇÃO PECUNIÁRIA.** Nos termos do art. 9º da CLT, ao Juiz cabe buscar os elementos essenciais necessários à configuração do verdadeiro liame jurídico entre as partes. Assim

sendo, não há que se falar em violação do art. 442, parágrafo único da CLT, a decisão revisanda que, com base na prova carreada aos autos, reconhece a criação de cooperativa com o objetivo de burlar a legislação trabalhista, impondo à empresa-reclamada a obrigação de não realizar a intermediação de mão-de-obra de trabalhadores, associados ou não, em atividade-meio ou atividade-fim, sem que lhes seja assegurado o registro na CTPS e respectivos direitos trabalhistas e previdenciários. Indene, portanto, a literalidade do art. 442 da CLT. Recurso de revista não conhecido.

**RR 147340-95.2004.5.05.0016 – Publicação: DEJT 11.02.2011**

Relator Min. Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira

Recorrente(s) Ministério Público do Trabalho da 5ª Região

Recorrido(s) Cooperativa de Serviços e Orientação Laboral - Coopsol e Outro

Advogado Dr. José Antônio Maia Gonçalves

**DECISÃO :** , por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento, e, no mérito, dar-lhe provimento, para determinar o regular processamento do recurso de revista. Por unanimidade, conhecer do recurso de revista do Ministério Público do Trabalho, por violação ao art. 5º, V e X, da Constituição Federal, e, no mérito, dar-lhe provimento para, reformando a r. sentença, condenar a Cooperativa Reclamada a pagar o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) a título de dano moral coletivo, a ser revertido ao FAT, nos termos da Lei nº 7.347/85 (Lei da ACP).

**EMENTA : I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVIMENTO.** Diante de potencial violação do art. 5º, V e X, da Constituição Federal, merece processamento o recurso de revista, nos termos do art. 896, c, da CLT. Agravo de instrumento conhecido e provido. **II - RECURSO DE REVISTA. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. COOPERATIVA. FRAUDE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL COLETIVO.** Para a hipótese em apreço, tenho que a pretensão do *Parquet* refere-se aos direitos individuais homogêneos dos trabalhadores do quadro da pseudo cooperativa, bem como aos direitos transindividuais, na medida em que os direitos sociais do trabalho, suprimidos em face da prática de terceirização fraudulenta, não se restringem aos trabalhadores que poderiam pleitear individualmente direitos trabalhistas, mas também aos trabalhadores que ingressarão no mercado de trabalho, o que importa, via de consequência, em lesão a toda a coletividade de trabalhadores. A toda evidência, penso que há uma relação jurídica comum subjacente entre esses trabalhadores, mas o que os atrai não é a relação jurídica em si, mas, antes, o fato de terem sofrido prejuízos pela negação de direitos trabalhistas, constitucionalmente garantidos, em face da prática de terceirização fraudulenta de mão de obra - daí a origem comum. Com efeito, cada integrante do grupo terá direito divisível à reparação devida. Ressalte-se, ainda, o aspecto pedagógico da reparação por dano moral coletivo, na medida em que a condenação ao pagamento da correspondente indenização objetiva desestimular esse tipo de prática ilegal recorrente. Ou seja, no caso sob exame, visa a coibir as práticas de terceirização fraudulenta de

mão de obra de pseudo cooperados, de modo a se evitar lesão à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho, que são direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal, não somente ao grupo de indivíduos contratados pela COOPSOL, mas à coletividade de cidadãos contratados ilegalmente por empresas interpostas, como também à sociedade como um todo.

Precedentes da SBDI-1 e de Turmas do TST. Recurso de revista conhecido e provido.

**AIRR 19720-68.2010.5.04.0000 – Publicação: DEJT 18.03.2011**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. COOPERATIVA. FRAUDE. INDENIZAÇÃO.** Não há como assegurar trânsito à revista quando o agravo de instrumento manejado não desconstitui os fundamentos do despacho denegatório da admissibilidade do recurso. Agravo de instrumento conhecido e não-provido.

**RR 60541-35.2006.5.03.0016 - 6ª Turma**

**I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL COLETIVO. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. COOPERATIVA.** Caracterizada a divergência jurisprudencial entre a decisão recorrida e os arestos juntados, nos moldes do art. 896, -a-, da CLT. Agravo de instrumento provido.

**II - RECURSO DE REVISTA. DANO MORAL COLETIVO. TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA. COOPERATIVA.** A reclamada incorreu na prática de ato ilícito ao fomentar de forma generalizada a contratação irregular de trabalhadores, ao servir como mera intermediadora de mão-de-obra a inúmeras empresas, precarizando as relações de trabalho no segmento em que atuava e desvirtuando por completo sua finalidade social e o caráter de proteção que estaria inerentemente atrelado ao conceito do cooperativismo. E pela singela circunstância de a lesividade transcender o interesse dos cooperados atuais, mas alcançar, virtualmente, todos os possíveis candidatos à filiação e ao emprego no segmento econômico, fica configurado o dano moral coletivo. E também assim o é porquanto verificado que houve violação a preceitos constitucionais, bem assim a disposições encartadas na legislação trabalhista consolidada, em razão da atitude ilícita praticada pela ré de não cumprir as normas nacionais relacionadas à proteção do emprego e dos trabalhadores, tendo-se, por consequência, a violação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho. Recurso de revista conhecido e provido.

**RR 60700-20.2003.5.05.0018 – Publicação: DEJT 20.04.2012**

Relator: Min. Fernando Eizo Ono

Recorrente: Ministério Público do Trabalho

Recorrida: COOPTHEL - Cooperativa de Trabalho e Serviços em Hotéis, Apart-hotéis, Restaurantes, Meios de Hospedagem e Turismo e Outros

**DECISÃO:** , à unanimidade: a) não conhecer das contrarrazões oferecidas pela Ré Coopthel ao recurso de revista interposto pelo Autor, por intempestividade; e b) conhecer do recurso de revista interposto pelo Autor quanto ao tema "Ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho. Ato patronal lesivo à lei trabalhista. Indenização reversível ao FAT", por divergência jurisprudencial e, no mérito, dar-lhe provimento, para restabelecer a sentença na parte em que se condenou cada um dos Réus não subscritores do acordo firmado com o Ministério Público do Trabalho ao pagamento de indenização no valor de R\$50.000,00, revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (fl. 2.988). Custas processuais inalteradas.

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. ATO PATRONAL LESIVO À LEI TRABALHISTA. INDENIZAÇÃO REVERSÍVEL AO FAT.**

O Tribunal Regional consignou que foi provada a irregularidade cometida pelos Réus em detrimento da lei trabalhista (contratação de trabalhadores por meio de intermediação a cargo de cooperativa, com fraude dos direitos trabalhistas). Todavia, a Corte de origem decidiu dar parcial provimento ao recurso ordinário interposto pelas Rés e excluir da condenação o pagamento de indenização por dano moral, que havia sido deferida, na sentença, em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob o fundamento de que terceiro não integrante da lide não deve ser beneficiado com indenização por dano moral sofrido por outrem. Não obstante o entendimento adotado na origem, entende-se possível, em ação civil pública, a condenação ao pagamento de indenização reversível em favor do FAT, na hipótese em que o empregador demandado sonega direitos trabalhistas e causa danos à coletividade, conforme interpretação dos arts. 10 da Lei nº 7.998/1990 e 13 da Lei nº 7.347/1985. Ao contrário do consignado no acórdão recorrido, o fato de a indenização ter sido vindicada pelo Ministério Público em favor de terceiro (FAT) não constitui óbice ao deferimento da indenização reversível, uma vez que o art. 13 da Lei nº 7.347/1985 não exige que o fundo público beneficiado participe da lide. Precedentes desta Corte Superior. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento.

**E-RR 92100-83.2004.5.03.0079 – SBDI-1 – Publicação: DEJT 1º.03.2013**

Relatora: Ministra Delaíde Miranda Arantes

Embargante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Embargada: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS LTDA. - COOPTRAM

Embargada: ARMAZÉNS GERAIS CARAPINA LTDA.

**RECURSO DE EMBARGOS REGIDO PELA LEI 11.496/2007. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. COOPERATIVA. CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA. CARACTERIZAÇÃO.**

1 - Revela-se imprópria a alegação de afronta a dispositivos de lei federal e da Constituição da República, em decorrência da redação do art. 894, II, da CLT conferida pela Lei 11.496/2007.

2 - Aresto inservível, consoante a Súmula 337, III, do TST, porque a mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, é inválida para comprovação de divergência jurisprudencial quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão paradigma. **Recurso de embargos não conhecido.**